

TRADUÇÃO PARA A LIBRAS DE UM LIVRO DIGITAL ACESSÍVEL NA PERSPECTIVA DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM

TRANSLATION INTO LIBRAS OF AN ACCESSIBLE DIGITAL BOOK FROM THE PERSPECTIVE OF THE UNIVERSAL DESIGN FOR LEARNING

Hector Renan da Silveira Calixto¹, Thaisy Bentes de Souza², Eleny Brandão Cavalcante³

¹Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, PA – Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-4227-6625>
hectorscalixto@gmail.com

²Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, PA – Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-4449-1927>
thaisybentes@hotmail.com

³Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, PA – Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-8839-7916>
elenycavalcante@hotmail.com

Recebido em 24 mar. 2022

Aceito em 05 set. 2022

Resumo: Este trabalho apresenta o processo de tradução do protótipo de um Livro Digital Acessível (LDA) para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). A problemática está centrada nas (im)possibilidades de tradução do livro digital originalmente em Língua Portuguesa na perspectiva de refletir e compreender os procedimentos utilizados na tradução para a Libras. Considerando que grande parte dos livros didáticos presentes nas escolas não são adequados para a educação de surdos, uma vez que estão escritos unicamente em português e quando lançam mão de recursos visuais estes sem contexto, o que gera incompreensão aos alunos surdos. As análises dos procedimentos de tradução partiram do princípio e à luz da tradução cultural e da perspectiva do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), na tentativa de testar e verificar uma possível tradução que promova a inclusão dos surdos e acesso aos livros didáticos na escola. Como principais apontamentos indica-se que o trabalho de tradução de materiais didáticos para a Libras necessita de uma equipe de tradução que compreenda os componentes culturais tanto da língua portuguesa quanto da Libras e tenha habilidade técnico-profissional para encontrar estratégias voltadas ao público-alvo. Ainda foi possível perceber o quanto a tradução voltada a compreensão na língua alvo garante uma tradução que contemple os aspectos dessa língua e da cultura surda. Dos procedimentos escolhidos, o uso de classificadores foi um dos mais utilizados, considerando a visualidade e uso de imagens do próprio livro.

Palavras-chave: Libras. Inclusão. Adaptação Cultural. DUA. LDA.

Abstract: This paper presents the process of translating the prototype of an Accessible Digital Book (ADB) into Brazilian Sign Language (Libras). The problem is centered on the (im)possibilities of translating the digital book originally into Portuguese in the perspective of reflecting and understanding the procedures used in the translation into Libras. Considering that most of the textbooks present in schools are not suitable for the education of the deaf, since they are written only in Portuguese and when they use visual resources, these are without context, which generates misunderstanding among deaf students. The analysis of the translation procedures started from the principle and in the light of cultural translation and the Universal Design for Learning (UDL) perspective, in an attempt to test and verify a possible translation that promotes the inclusion of the deaf and access to textbooks at school. As main points, it is indicated that the work of translating teaching materials into Libras requires a translation team that understands the cultural components of both Portuguese and Libras and has technical-professional skills to find strategies aimed at the target audience. It was still possible to perceive how much the translation aimed at understanding in the target language guarantees a translation that contemplates the aspects of this language and the deaf culture. Among the chosen procedures, the use of classifiers was one of the most used, considering the visuality and use of images from the book itself.

Keywords: Libras. Inclusion. Cultural Adaptation. UDL. ADB

PALAVRAS INICIAIS

Como o livro é um dos recursos pedagógicos mais utilizados em sala de aula, a usabilidade de um livro didático no formato digital tende a ser uma nova proposta para tornar-se um instrumento mais acessível a todos os alunos, contendo recursos que o material impresso não pode apresentar, como por exemplo, a janela em Libras e o leitor de texto.

Mesmo sendo garantido ao aluno e um importante instrumento de consulta e acompanhamento didático na sala de aula, grande parte desse material é inadequado para os alunos surdos, uma vez que a Língua Portuguesa (LP) é a segunda língua (L2) e muitos surdos ainda não alcançaram a leitura (e a escrita) compreensiva da LP. Ou ainda estão no estágio de interlíngua, quando a compreensão da L1 e da L2 não é completa, refletindo numa escrita com características da L1 na L2. Tal situação é considerada como um fator de dificuldade no processo de aprendizagem na educação básica, principalmente, nas escolas inclusivas (GOMES, 2019).

A utilização de um Livro Digital Acessível (LDA), embasado nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), é uma alternativa para a inserção dos alunos surdos nos processos de ensino e aprendizagem cuja proposta é a viabilização do acesso ao conteúdo (PRAIS; ROSA, 2014). É nesse ponto que emerge esta pesquisa, a partir das demandas do projeto coletivo “Desenho Universal para a Aprendizagem: implementação e avaliação do protocolo do livro digital acessível”, onde foi possível realizar a tradução de um protótipo de LDA.

Como abordagem metodológica apresentamos a análise da tradução na perspectiva da Tradução Cultural (RAMOS, 2004) embasada também na visão desconstrucionista (ARROJO, 1996; DERRIDA, 2002) de uma tradução livre. Assim, primeiro descrevemos sobre o DUA, o recorte metodológico explicando sobre o processo de tradução e a escolha dos livros, bem como da pesquisa do Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (OBEE) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), para enfim apresentar uma sucinta análise da tradução realizada.

O DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM

O conceito do DUA foi cunhado, dentre outros estudos a partir do Desenho Universal (DU) que advêm de concepções de acessibilidade e da produção de ambientes que tornem possível o acesso para todos, independentemente de suas necessidades específicas (CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY, 2011; NUNES; MADUREIRA, 2015).

O DU foi regulamentado no Brasil em 2004, por meio do Decreto nº 5.296 correspondendo a

Concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõe a acessibilidade (BRASIL, 2004, Art. 8º, *online*).

Dessa forma, o DUA foi criado para auxiliar numa abordagem curricular que busque reduzir as barreiras da aprendizagem permitindo desta forma, que todos os alunos com deficiência, ou não, tenham possibilidades de inserção nos processos de ensino e aprendizagem (NUNES; MADUREIRA, 2015).

Partindo dessa premissa, o DUA propõe que as barreiras referentes a aprendizagem sejam rompidas, adotando como princípios a equiparação nas possibilidades de uso, a flexibilidade, o uso simples e intuitivo, a informação ao alcance de todos, a tolerância ao erro, o esforço mínimo e o espaço para interação e uso (SILVA *et al.*, 2012). Portanto, o DUA pode ser entendido como um sustentáculo nesse processo de inclusão, buscando a diminuição das dificuldades de aprendizagem, assegurando desta forma que todos tenham o direito a educação (PRAIS, 2016).

O DUA é composto por três princípios norteadores principais, conforme apresentado por Nunes e Madureira (2015):

1) múltiplos meios de envolvimento: compreender quais aspectos motivam os alunos para a aprendizagem, estabelecendo uma relação de afetividade entre professores e alunos e entre os próprios alunos;

2) múltiplos meios de representação: apresentar o conteúdo de múltiplas formas utilizando recursos pedagógicos, permitindo aos estudantes novas formas de compreender o assunto que está sendo abordado;

3) múltiplos meios de ação e expressão: entender como as crianças aprendem. Cada indivíduo expressa e utiliza mecanismos diferentes para dizer o que sabe.

Esses princípios estão interligados a três grandes redes: (1) Redes de Reconhecimento - responsáveis pelo modo de como os fatos são recolhidos; (2) Redes Estratégicas - que planejam e executam as ações auxiliando na organização das expressões e ideias e; (3) Redes Afetivas - que “dizem” como os estudantes são estimulados a permanecerem motivados e engajados para a aprendizagem (SANTOS, 2015). Nessa perspectiva, as ideias do DUA estão construídas a fim de que possam proporcionar “[...] ao docente um modelo de intervenção que ajuda a compreender como se pode criar um currículo que vá ao encontro das necessidades de todos os alunos” (CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY, 2012 *apud* NUNES; MADUREIRA, 2015, p. 132).

Nesse sentido, as concepções oriundas de Vygotsky foram nosso suporte basilar para a construção das singularidades dos sujeitos, no processo de tradução onde se tem como público-alvo surdos. E, a partir da interação entre seus pares, da estrutura biológica e do contexto social ao qual estão inseridos, entendemos que os princípios norteadores do DUA alinhados a essa ideia servem como baluarte para uma pesquisa, se partirmos da assertiva de que, na escola, a diversidade humana e as diferenças devem ser tratadas como referências para a fundamentação teórica da construção curricular e das práticas pedagógicas dos professores (CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY, 2011; NUNES; MADUREIRA, 2015).

RECORTE METODOLÓGICO

O LDA desenvolvido foi com base no livro “Porta aberta: ciências humanas e da natureza”, do primeiro ano do ensino fundamental originalmente construído sem pensar no público-alvo da educação especial. Contudo, algumas adaptações foram realizadas na conversão do livro impresso para o formato digital. No que se refere ao elemento de acessibilidade voltado aos alunos surdos, ou seja, em Libras, foi disponibilizado em dispositivo digital *tablet* durante as aplicações do protótipo do LDA, no qual o acesso ao conteúdo traduzido era feito por meio de um ícone, onde ao ser acionado, uma janela com a tradução em Libras é exibida. Ressaltamos a especificidade do material produzido para o protótipo e não possibilidade de

divulgação pública do LDA, sendo utilizado apenas no contexto do projeto de pesquisa¹.

A coleção Porta aberta é composta por 30 volumes – cinco para cada disciplina: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e História e Geografia – a coleção destina-se a alunos do 1º ao 5º ano e propõe a construção do conhecimento considerando o aluno como protagonista de sua aprendizagem. As atividades propostas em cada um dos livros oferecem aos estudantes a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos e desenvolver seu espírito crítico (FTD EDUCAÇÃO, 2014).

Para que esses objetivos também alcancem os alunos surdos, foi realizada a tradução do livro para a Libras, a fim de oferecer acesso aos alunos surdos por meio da sua língua materna ou L1, fazendo valer o disposto na Lei de Acessibilidade (10.098/2000), na Lei de Libras (10.436/02) e da Lei Brasileira de Inclusão (13.143/15).

A tradução realizada na perspectiva das teorias da tradução desconstrutoras considerando a tradução como uma cocriação (CAMPOS, 2013) e os procedimentos técnicos elencados por Barbosa (2004): empréstimo, decalque, tradução literal, transposição, modulação, equivalência e adaptação.

A concepção de tradução cultural foi veemente considerada uma vez que as traduções para a Libras requerem, quase que, inerentemente uma adaptação devida as distintas modalidades das línguas em questão, no caso, oral-auditiva e espaço-visual. A tradução foi elaborada pensando na cultura surda e na possibilidade de maior entendimento do conteúdo por meio de estratégias viso-espaciais que abarquem a gramática própria da Libras, consideração ainda como público-alvo crianças entre oito e onze anos de idade.

Como etapas do projeto de tradução têm-se: leitura atenta, busca terminológica, tradução, gravação, edição e revisão. Para tanto, foi constituído uma equipe de tradutores de Libras que compreendesse os componentes culturais da LF e dos processos de um projeto de tradução. Os tradutores tiveram acesso ao material

¹ Para informações detalhadas sobre o protótipo e as aplicações do LDA no projeto de pesquisa, consultar <https://obee.ufrj.br/wp-content/uploads/2018/09/Projeto-Desenho-Universal-para-a-Aprendizagem-Implementa%C3%A7%C3%A3o-e-avalia%C3%A7%C3%A3o-do-protocolo-do-livro-digital-acess%C3%ADvel.pdf>

escrito, assim como ao protótipo do LDA antecipadamente. Para a gravação-registro em Libras foi produzido primeiramente glosa do texto que se caracteriza como um recurso para transcrição de traduções de palavras e frases e textos da língua fonte (LF) para a língua alvo (LA).

Para fins de apresentação, realizamos um recorte de alguns trechos do LDA, os sinais-frases são apresentados por imagens/*prints* dos vídeos-registros em Libras. As análises e reflexões constam das experiências do processo de tradução como também da visão teórica inserida neste texto.

O LIVRO ACESSÍVEL EM LIBRAS

A partir da perspectiva do DUA, o LDA se configura como mais um recurso didático para utilização no processo ensino-aprendizagem de alunos com deficiência, proporcionando a estes discentes acessos quase irrestritos que os mesmos materiais e recursos dos alunos não surdos. Vale também ressaltar a importância de uma tradução que compreenda os aspectos próprios da língua de chegada, no caso, a Libras, que por modalidade visuo-espacial requer que os recursos inerentes a línguas sejam mantidos e considerados, além claro da cultura surda. Foi nessa perspectiva que a tradução do livro foi realizada. A seguir elencamos uma atividade traduzida do livro afim de nortear os efeitos produzidos na tradução cultural e a complexidade existente nos processos.

Um primeiro exemplo é o trecho “ligue os nomes de cada parte do corpo à imagem”, conforme mostra a Figura 1.

Fig. 1 – Atividade sobre corpo humano



Fonte: OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EDUCACIONAL (2019).

Para a tradução da atividade representada na F1, o espaço real foi levado em consideração e utilizado na sinalização com uso do espaço *token*, conforme demonstrado nas Figuras 2, 3 e 4. Espaço real é onde se está e onde os elementos ao redor também estão posicionados, sendo que espaço token é o espaço integrado, em que as coisas das quais se quer falar são representadas sob a forma de um ponto fixo no espaço físico. As entidades *tokens* são invisíveis (apenas pontos associados a alguma representação mental) e são integradas ao espaço mental real (MOREIRA, 2007).

No trecho “TOQUE COM O DEDO SOBRE UMA PARTE DO CORPO, ESCUTE E TOQUE NA PALAVRA CORRETA”, parte da glosa foi: “PARTE_{esquerda}>TOQUE PALAVRA> _{direita} TOQUE>COMBINA”. A forma escolhida para sinalização é um exemplo dos momentos em que os enunciados de atividades presentes no LDA se referiam a imagens ou locais específicos dentro de um espaço real no livro, a referência do ponto fixo na sinalização em Libras precisava fazer relação direta com o espaço real no LDA.

Fig. 2 – A, B e C: sinal de PARTE_{esquerda}, PALAVRA, COMBINA



Fonte: OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EDUCACIONAL (2019).

Os demais elementos inerentes ao procedimento de adaptação e uso do espaço real como referência para uso do espaço *token* também foram aplicados durante toda a tradução. O uso de classificadores² é realizado em trecho do livro onde se descreve uma variação do jogo de handebol, onde é utilizado o classificador de pessoas em

² que “são configurações de mãos que, relacionadas à coisa, pessoa, animal ou veículo, funcionam como marcadores de concordância, [...] são formas que, substituindo o nome que as precedem, podem ser presas à raiz verbal para classificar o sujeito ou o objeto que está ligado à ação do verbo” (FELIPE, 2007, p. 172).

roda, conforme demonstrado na Figura 3. A descrição do jogo apresentado no texto e presente no LDA é a seguinte:

Você já jogou handebol em roda? / Vamos tentar?

1. Com as pernas abertas, os jogadores devem ficar com os pés unidos, formando uma roda.

2. Com as mãos, os jogadores devem empurrar a bola por baixo das pernas dos colegas.

3. Para evitar que a bola passe por baixo das pernas, os jogadores devem cobrir com as mãos a abertura formada por suas próprias pernas, sem desgrudar seus pés dos pés dos colegas.

4. O jogador que deixar passar a bola por baixo das pernas deve permanecer na roda, porém virado de costas para o centro.

5. Vence aquele que ficar virado por último para o centro da roda.

A glosa referente a partes dessa descrição foi a seguinte:

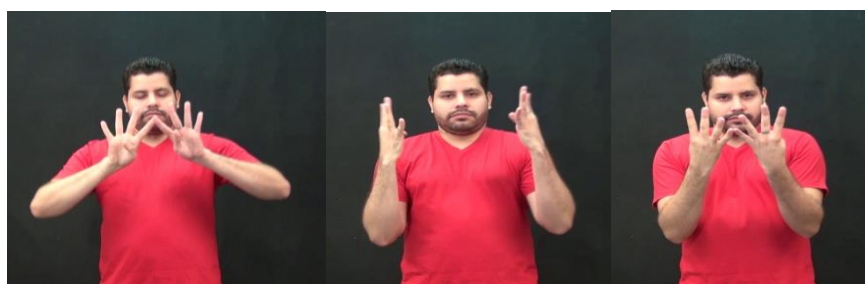
VOCÊ BRINCOU HANDEBOL RODA_{CL} JÁ?

1. PERNAS ABERTAS_{CL}, PÉ_{CL} ESCOSTA PÉ_{CL}

4. SE PASSAR BOLA ENTRE PERNAS_{CL}, VIRA

A sinalização referente a esses trechos é apresentada a seguir. No trecho “VOCÊ JÁ JOGOU HANDEBOL EM RODA?”

Fig. 3 – A, B e C: Sinal de ficar em círculo



Fonte: OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EDUCACIONAL (2019).

No trecho “com as pernas abertas, os jogadores devem ficar com os pés unidos, formando uma roda”.

Fig. 4 – A, B, C e D: PERNAS ABERTAS

Fonte: OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EDUCACIONAL (2019).

Trecho “o jogador que deixar passar a bola por baixo das pernas deve permanecer na roda, porém virado de costas para o centro”.

Fig. 5 – A, B e C – “passar bola por baixo das pernas”

Fonte: OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EDUCACIONAL (2019).

Referente ao apresentado anteriormente, com o uso dos classificadores, não se elimina elementos da LF, mas se molda à LA, à sua estrutura, que no caso é visual-gestual, se aproximou do procedimento tradutório da compensação, que

[...] consiste em deslocar um recurso estilístico, ou seja, quando não é possível reproduzir no mesmo ponto, no TLT [texto da língua de tradução] um recurso estilístico usado no TLO [texto da língua de origem], o tradutor pode usar um outro, de efeito equivalente, em outro ponto do texto (BARBOSA, 2004, p. 69).

Na adaptação, as situações que não são previstas na LA são apresentadas por meio de outras expressões. Isso se faz mister, pois não realizar as devidas adaptações nos leva à produção de um texto correto, porém com um tom indefinido, algo que soa falso e revela, invariavelmente, que se trata de uma tradução.

Desta forma, destaca-se a utilização de dois procedimentos mais utilizados e presentes na tradução do LDA para a Libras: adaptação e compensação. Ainda é utilizado o recurso do uso do espaço *token* para fazer referência ao espaço real presente no LDA. Dentre os procedimentos, o uso do token é considerado explicitação por Santiago (2012).

Assim, a tradução do LDA para Libras apresenta os elementos e procedimentos técnicos inerente ao processo de tradução da Língua Portuguesa para a Libras. Ainda se ressalta a preocupação da equipe que atuou no desenvolvimento do LDA com os aspectos da pedagogia visual voltados para o público-alvo do protótipo do LDA. Nesse sentido, apontamos a preocupação em não utilizar apenas a sinalização com léxicos gramaticais, mas também lançar mão dos recursos imagéticos da própria língua e da utilização do corpo. A exemplo disso apresenta-se o trecho do livro que trata da higiene das unhas, onde é exposto que “QUANDO AS UNHAS FICAM COMPRIDAS PODE JUNTAR SUJEIRA DEBAIXO DELAS. AO COLOCAR A MÃO SUJA NA BOCA SUJEIRA É ENGOLIDA E VOCÊ PODE ADOECER”. Em virtude do público-alvo do LDA ser crianças que ainda estão em processo de aquisição da Libras, a forma de sinalização foi mais cuidadosa para explicitar a mensagem, conforme demonstrado na Figura 6.

Fig. 6 – A, B, C, D, E e F: trecho “ao colocar a mão suja na boca sujeira é engolida”



Fonte: OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EDUCACIONAL (2019).

O trecho apresentado aponta uma das preocupações da equipe que atuou na tradução do LDA, considerando que

[...] toda transmissão de um enunciado tem um fim específico para o locutor, o tradutor/intérprete deve apreender a enunciação não apenas como um bloco de elementos linguístico, mas como um discurso a transmitir” (SANTIAGO, 2012, p. 54).

Assim, a mensagem a ser transmitida era de cuidado para não ingerir elementos nocivos à saúde que pudessem estar depositados nas unhas, chamando atenção para as questões de higiene. Não foram utilizados termos considerados por nó complexos, pois poderiam dificultar a compreensão das crianças surdas, mas sim o uso do próprio corpo e de classificadores para a representação do enunciado que estava em língua portuguesa. Isso se chama incorporação e descrição icônica do enunciado.

Há de se considerar ainda que a tradução apresentada no LDA é uma das possibilidades, pois o ato de traduzir um texto consiste em sujeitos que “reinventam o texto para uma comunidade cultural específica que difere daquela a qual era inicialmente dirigido” (VENUTI, 2002, p. 88), logo não se pode pensar em “fidelidade” nesse processo. Levando isso em consideração, e que

A sociedade está sempre se reinventando. Os valores sociais são substituídos, talvez, simplesmente, invertidos. A tecnologia avança, os povos se misturam e culturas são agregadas. Línguas nascem, se desenvolvem e morrem. Gírias tornam-se expressões idiomáticas, estrangeirismos estabelecem-se como empréstimos. Tudo isso e muito mais pode ocorrer de forma distinta entre duas comunidades culturais próximas que se utilizam da mesma língua. Portanto, o que se julga como certo em uma tradução pode não ser adequado em um futuro próximo. E assim, se faz necessário que o tradutor mantenha contato com a cultura de partida e de chegada. Algo que um dicionário ou um sistema de tradução automático não conseguem acompanhar. Um tradutor será capaz de reinventar o texto mais adequadamente (ALVES, 2017, p. 191-192)

A partir dessa perspectiva, o trabalho de tradução de materiais didáticos para a Libras, sejam no contexto do DUA ou não, necessitam de uma equipe de tradução que compreenda os componentes culturais tanto da língua portuguesa quanto da Libras, e tenha habilidade técnico-profissional para encontrar estratégias voltadas ao público-alvo ao qual se destina a tradução e a sua cultura, no caso a cultura surda.

CONSIDERAÇÃO (NÃO) FINAIS

Apesar do LDA ter sido embasado na perspectiva do DUA, contendo ilustrações que contextualizavam os assuntos abordados, vimos que no processo de tradução do português para a Libras foi fundamental para que o conteúdo do livro fosse acessível aos alunos surdos.

No processo de tradução do LDA foi possível perceber o quanto a tradução voltada a compreensão na LA garante uma tradução que contemple os aspectos da língua de chegada. Dos procedimentos escolhidos, o uso de classificadores foi um dos mais utilizados, considerando a visualidade e uso de imagens do livro.

Desta forma, compreende-se que parte dos problemas relacionados ao ensino de surdos na educação básica pode ser pelo uso de materiais pedagógicos descontextualizados em que o português é a língua de instrução não adequada, tendo em vista que o ensino deve ser pensado na perspectiva bilíngue e que a Libras tenha o papel primordial nesse processo. Vale lembrar que a proposta do bilinguismo, como o nome já diz, não é o uso unicamente da língua de sinais, antes, reconhece a Libras como L1 do surdo e o português na modalidade escrita como L2.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. M. Tradução de literatura infanto-juvenil: autoria e criatividade permeada em texto multimodal. *In*: ALBRES, N. de A. (org.). **Libras e sua tradução em pesquisa: interfaces, reflexões e metodologias**. Florianópolis: Biblioteca Universitária UFSC, 2017, p. 176-213.

ARROJO, R. Os estudos da tradução na pós-modernidade, o reconhecimento da diferença e a perda da inocência. **Cadernos de Tradução**, Santa Catarina, v. 1, n.1, p. 53-70, 1996.

BARBOSA, H. G. **Procedimentos Técnicos da tradução: uma nova proposta**. Campinas: Pontes, 2. ed., 2004, p. 69.

BRASIL. **Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.HTM. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 9 set. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 12 mar. de 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

CAMPOS, H. Transcrição. In: TÁPIA, M.; NÓBREGA, T. M. (org.). **Haroldo de Campos: Transcrição.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY. **Universal Design for learning guide lines version 2.0.** Wakefield: CAST, 2011. Disponível em: <https://udlguidelines.cast.org/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

DERRIDA, J. **A Escritura e a Diferença.** Tradução: Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 3. ed., 2002.

FELIPE, T. A. **Libras em contexto:** curso básico: livro do estudante. 8 ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 8. ed., 2007, p. 172.

FTD EDUCAÇÃO. **Coleção Porta Aberta.** São Paulo: FTD, 2014. Disponível em: <https://pnld.ftd.com.br/educacao-infantil/porta-aberta>. Acesso em: 17 mar. 2021.

GOMES, E. M. L. da S. **Pedagogia visual na educação de surdos:** análise dos recursos visuais inseridos em um livro didático digital acessível. 2019. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2019.

MOREIRA, R. L. **Uma descrição de Dêixis de Pessoa na língua de sinais brasileira:** pronomes pessoais e verbos indicadores. 2007 Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007, p. 47.

NUNES, C.; MADUREIRA I. Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusiva. **Da investigação às práticas**, Lisboa, v. 5, n. 2, p.126-143, set. 2015, p. 132.

OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EDUCACIONAL. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2019. Disponível em: <https://obee.ufrrj.br/>. Acesso em: 09 set. 2022.

PRAIS, J. L. de S. **Formação inclusiva com licenciadas em Pedagogia: ações pedagógicas baseadas no Desenho Universal para a Aprendizagem**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza). Universidade Tecnológica Federal do Pará, Londrina, 2016.

PRAIS, J. L. de S.; ROSA, V. da F. Organização da atividade de ensino a partir do Desenho Universal de Aprendizagem: das intenções às práticas inclusivas. **Revista Polyphonia**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 359-374, jun./dez. 2014.

RAMOS, C. R. **Tradução cultural: uma proposta de trabalho para surdos e ouvintes**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2004.

SANTIAGO, V. de A. A. Português e libras em diálogo: os procedimentos de tradução e o campo do sentido. In: ALBRES, N. de A; SANTIAGO, V. de A. A. (org.). **Libras em estudo: tradução/interpretação**. São Paulo: FENEIS, 2012, p. 35-56.

SANTOS, M. P. dos. Desenho Universal para a Aprendizagem. **Dislexia**, v. 3, p. 17-27, 2015.

SILVA, S. C. da *et al.* Educação Inclusiva e educação à distância: contribuições do Desenho Universal para Aprendizagem na composição do Moodle. In: 18º Congresso Internacional de Educação a Distância da Associação Brasileira de Educação a Distância. **Anais [...]**. Florianópolis, maio 2012.

VENUTI, L. **Escândalos da tradução: por uma ética da diferença**. Tradução de Laureano Pelegrin *et al.* Bauru: EDUSC, 2002, p. 88.

Sobre os autores

Hector Renan da Silveira Calixto

Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia na Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa. Mestre em Educação no PPGECC - Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Língua Brasileira de Sinais e em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci, UNIASSELVI; Licenciado em Educação Especial pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, Licenciado em Pedagogia pela Faculdade Latino Americana de Educação – FLATED e Bacharel em Sistemas de Informação pelo Instituto de Estudos Superiores da Amazônia - IESAM. Professor Assistente no Instituto de Ciências da Educação (ICED) / Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA. GEPES (UFOPA), GPÊEPI (Ufopa) e PRÁXIS UFOPA.

Thaisy Bentes de Souza

Mestra em Estudos da Tradução pela Universidade de Brasília/UnB (2018). Especialista em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (2013). Graduada em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA (2011). É Professora vinculada ao Instituto de Ciências da

Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA (2021-atual). Foi professora do Curso Letras Libras Bacharelado da Universidade Federal de Roraima-UFRR (2015-2021)

Eleny Brandão Cavalcante

Doutorado em Educação pela Universidade de Campinas -Unicamp (2016). Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (2010). Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (2006). Professora Adjunta 4 da Universidade Federal do Oeste do Pará, atuando principalmente nos seguintes temas: educação especial; educação de surdos, educação bilíngue; inclusão; currículo; teoria histórico-cultural. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos (GEPES). Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico da UFOPA.